

PODER E SOCIEDADE: AS RELAÇÕES ENTRE A UNIVERSIDADE E O CONSELHO DA CIDADE DE COLÔNIA EM FINS DA IDADE MÉDIA E COMEÇO DA IDADE MODERNA

ALMEIDA, Cybele Crossetti de
Professora do Departamento de História
IFCH/UFRGS

RESUMO: Neste texto será abordada a relação entre a universidade e a cidade de Colônia, especialmente através do Conselho, órgão máximo da administração municipal, entre o fim da Idade Média e começo da Idade Moderna. Além de expor alguns dos aspectos importantes para a compreensão desta relação – em sua forma institucional - serão problematizados aspectos como a existência – ou não – de uma elite acadêmica no meio político e a questão de até que ponto uma formação acadêmica fazia diferença para a carreira dentro do Conselho ou em outros órgãos administrativos e jurídicos da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade. Poder. Sociedade.

ABSTRACT: This text investigates the relation between the university and the city of Cologne, especially through the council, the highest authority of municipal administration, between the end of middle ages and the beginning of modern times. In addition to show some aspects that are important to the understanding of this relation – in the institutional way – some aspects will be discussed, such as the existence (or non-existence) of an academic upper class in the political milieu and the question how far an academic education played a role to the career in the council or in other administrative and juridical organs in the city.

KEYWORDS: University. Power. Society.

A criação e o significado da universidade de Colônia

Em 1388 o patriciado da cidade de Colônia fundou a sua universidade. A universidade de Colônia não foi a primeira a ser criada em solo alemão¹, mas foi a primeira a ser criada e financiada por uma coletividade urbana autônoma. A universidade de Colônia atingiu seu apogeu² no século XV quando cerca de 13 ou 14% de todos os estudantes do Império lá estudavam (GROTEN, 1988, p. 19). A maioria destes estudantes provinha das regiões próximas a Colônia - Renânia, Países Baixos e Westfália (GROTEN, 1988, p. 19) – bem como da própria cidade de Colônia, como é possível ler nos livros de matrícula da universidade, editados por Hermann Keussen³. Muito já foi escrito sobre a fundação da universidade de Colônia e o seu significado para o patriciado⁴ que então governava a cidade⁵, bem como sobre as relações da

¹ Estas são relativamente tardias em comparação com outras regiões européias. Antes de Colônia já haviam sido criadas – nas terras do Império ao norte dos Alpes - as universidades de Praga (1347), Viena (1365), Erfurt (1379) e Heidelberg (1385), vide verbete **Universität** no *Lexikon des Mittelalters*, vol. VIII, p. 1252.

² Para a fama da universidade contava, provavelmente, o fato que, mesmo antes de sua fundação, alguns dos teólogos mais importantes da Idade Média haviam estudado ou trabalhado em Colônia, como Tomas de Aquino e Alberto Magno, sendo que este último inclusive foi o fundador do *studium generale* da Ordem dos dominicanos, instituição precursora da universidade, vide verbete **Albertus Magnus** no *Lexikon des Mittelalters*, vol. I, p. 294.

³ KEUSSEN, Herman (Hg.). *Die Matrikel der Universität Köln: 1389-1559* (Publikationen der Gesellschaft für Rheinische Geschichtskunde VIII), Bonn, Droste Verlag, 1919-1931, 3 vol. Como esta é uma das principais fontes para este texto, citarei de forma abreviada nas próximas vezes como KEUSSEN, Matrikel I (para o período de 1389 a 1475) e KEUSSEN, Matrikel II (para o período de 1476 a 1559).

⁴ A bibliografia sobre este tema é muito extensa, vide, por exemplo, BRINCKEN, 1988, p. 9-36; BRINCKEN, 1977, p. 27-52; KEUSSEN, 1934; KEUSSEN, 1891, p. 62-104; REXROTH, 1992, p. 227-268 etc.

⁵ Em 1388 o patriciado ainda governava a cidade, mas em 1396 uma revolta colocou fim ao seu domínio político e substituiu-o por uma nova organização, baseada nas estruturas das corporações de ofício. Não há muita bibliografia sobre este tema em português, mas como uma introdução – com referência à uma bibliografia mais ampla – pode

universidade com a cidade, que nem sempre foram amigáveis (TEWES, 1986, p. 31-66; KEUSSEN, 1891, p. 62-104; LINDWEILER, 1988, p. 39-43; SCRIBNER, 1976) ⁶.

No entanto, apesar de problemas com a comunidade – em grande parte devidos aos “maus costumes dos estudantes [que] provocavam desordens” (ULLMANN, 2000, p. 203) – que eram comuns a todas as cidades com universidades, a ligação entre a comunidade e a universidade era forte. Esta ligação era visível, por exemplo, através do ofício de provisor da universidade. Os provisores eram eleitos diretamente pelo Conselho, dentre os seus membros mais destacados. O colégio dos provisores era composto por 4 membros, em geral ex-conselheiros e prefeitos experientes e com lugar destacado na hierarquia da cidade (BRINCKEN, 1977, p. 41) ⁷ e a escolha para o cargo de provisor - uma função bastante trabalhosa – reforçava ainda mais o status dos seus ocupantes ⁸. Para a cidade de Colônia, a criação e manutenção da universidade também significavam prestígio (BRINCKEN, 1977, p. 26 e 52; SCRIBNER, 1976, p. 227) e a perspectiva de oferta de pessoal qualificado, especialmente juristas, que poderiam servir ao Conselho da cidade como especialistas. A utilização de juristas ou pessoal com formação universitária como oficiais para funções administrativas não era algo exclusivo da cidade de Colônia, sendo comum também a outras cidades alemãs, como Augsburg; onde o “[...] aconselhamento e apoio aos conselheiros em todas as questões jurídicas” (ROGGE, 1996, p. 135; ISENMANN, 1988, p. 143s.) ⁹ era uma das funções mais importantes deste grupo, formado em grande parte por clérigos ⁹. Este, aliás, era outro fator que reforçava o vínculo da cidade com a universidade, já que a ligação entre o clero e a cidade era muito forte (REXROTH, 1992, p. 258-260; SCHWINGES, 1986b, p. 392ss.) ¹⁰ – como se pode observar, por exemplo, na freqüente concessão de cargos em igrejas paroquiais para professores universitários ¹¹. Também aqui não havia uma particularidade coloniense, já que esta forte ligação entre clero e universidade também é observada em outras cidades (WEISERT, 1983, p. 17; WRIEDT, 1986, p. 490s.; MAYER, 1907, p. LXXXIV-LXXXV), como demonstrado na pesquisa de Willoweit sobre os licenciados em direito em Heidelberg (WILLOWEIT, 1986, p. 114). O grupo de 63 licenciados que este autor pesquisou é composto quase exclusivamente por clérigos, muitos dos quais já eram membros do clero antes da sua matrícula na universidade (WILLOWEIT, 1986, p. 101ss).

No entanto, apesar de ter suas origens no meio clerical – com os *studia generale* das ordens religiosas – as universidades medievais participaram de um processo de laicização que começa a se desenvolver nas cidades e que configura-se pela incorporação por estas de aspectos

servir o meu texto “*Entre Veneza e Amsterdã: um estudo da camada dirigente de Colônia (séculos XIV-XVI)*”, In: CARVALHO, M. M./LOPES, M. A., FRANÇA, S. S. (Org.). **As cidades no tempo**. Franca: UNESP, São Paulo: Olho d’Água, 2005, p. 179-200.

⁶ Este não era um problema apenas da cidade de Colônia, sobre as disputas entre as cidades e as universidades vide, por exemplo, ILLMER, 1986, p. 431. Segundo Le Goff, foi em decorrência de uma situação típica de conflito entre estudantes e habitantes de Paris que a universidade desta cidade obteve o seu reconhecimento pelo papa e pela rainha Branca de Castela, LE GOFF, 1992, p. 191.

⁷ Optei por traduzir a denominação original - *Ratherren* – por conselheiros. Caso pretendessemos modernizar o termo, o conceito mais próximo seria o de vereadores.

⁸ Anna-Dorothee von den Brincken afirma que trata-se da posição política com mais prestígio dentro da cidade de Colônia, BRINCKEN, 1977, p. 40; no mesmo sentido manifestam-se KEUSSEN, 1934, p. 95-96 e MEUTHEN, 1981, p. 65. Bastante significativo é também o fato que as disputas políticas dentro da cidade também refletissem dentro da universidade, especialmente através da eleição dos provisores, como foi demonstrado por Rexroth, REXROTH, 1992, p. 261-264.

⁹ Sobre o emprego de clérigos como oficiais municipais na Idade Média vide STEIN, 1895, p. 32, e também ISENMANN, 1988, p. 143.

¹⁰ Cabe lembrar ainda que a universidade, na sua origem, é “antes de tudo uma corporação eclesiástica”, LE GOFF, 1989, p. 64.

¹¹ MEUTHEN, 1981, p. 64; WRIEDT, 1986, p. 503. Meuthen afirma que o motivo para isso era o fato da coletividade valorizar párocos com formação teológica, MEUTHEN, 1981, p. 64. No entanto, é importante lembrar também a motivação econômica, já que neste caso o pagamento dos professores seria feito pela igreja, e não pela cidade. Além disso é importante lembrar, como faz Scribner, que para os Provisores – e o Conselho que os havia eleito – a universidade era “uma instituição civil, que poderia ser considerada e tratada como qualquer outro ramo da administração municipal. Por isso o Consequeho não apenas indicava os professores assalariados – freqüentemente desprezando os estatutos universitários – mas também reivindicava os seus serviços”, SCRIBNER, 1976, p. 226.

como educação, saúde e caridade, até então desempenhados principalmente por instituições religiosas (LE GOFF, 1992, p. 172s e 197ss.). A criação da universidade de Colônia pelo seu grupo dirigente é parte deste processo.

A elite e a universidade

Em minha pesquisa, o grupo de indivíduos investigados foi escolhido prioritariamente não por sua ligação com a universidade, mas sim por critérios de participação política e vínculos familiares, como parte de um estudo mais amplo¹². Neste trabalho foram pesquisadas de maneira detalhada as trajetórias de 97 indivíduos¹³ pertencentes à elite da cidade de Colônia de 1391 a 1513. Destes 97 indivíduos, 43 foram membros do Conselho da cidade de Colônia – 13 dos quais foram também prefeitos –, 7 desempenhavam a função de *Schoffe* ou *scabinus*¹⁴, 8 eram membros do clero e 2 trabalharam como oficiais¹⁵ da cidade de Colônia. Outros 39 indivíduos não tiveram participação em nenhum destes campos de atividade. Eles compõem o subgrupo aqui designado como “*Nihil*”, o que significa, que eles não tiveram cargos políticos ou funções públicas.

Os indivíduos politicamente ativos – que compunham o principal interesse da minha tese – foram, por sua vez subdivididos em categorias – *Alfa*, *Beta* e *Gama* – conforme a intensidade de sua participação política e a importância atingida nas estruturas de poder da cidade.

A) *Alfa*: são os indivíduos que foram eleitos para o cargo de conselheiro mais que quatro vezes e ocuparam os cargos mais altos da hierarquia política da cidade, como prefeito. Tratam-se de indivíduos que provinham das famílias mais ricas e importantes da cidade.

B) *Beta*: trata-se de pessoas que foram eleitas quatro vezes – ou mais – para o conselho da cidade de Colônia, sem, no entanto, atingir os cargos mais altos da hierarquia. Por isso esta categoria é, simultaneamente, qualitativa e quantitativa. À categoria *Beta* pertenciam, no entanto, muitas vezes homens de famílias poderosas e que dedicavam-se intensamente à vida política¹⁶.

C) *Gama*: esta categoria aplica-se a indivíduos que foram eleitos, no máximo, até 3 vezes como membros do conselho. A maioria provém de famílias de artesãos, sem uma tradição de participação política. Eram, em geral, eleitos pelas *Gaffeln*¹⁷ com menos poder e prestígio. No entanto, também encontram-se membros de algumas famílias importantes entre eles, principalmente para aqueles conselheiros que morreram cedo ou que tiveram problemas políticos com o Conselho, sendo afastados do mesmo¹⁸.

¹² Como parte do meu trabalho de doutorado intitulado “Estudo prosopográfico das famílias dirigentes de Colônia na Idade Média tardia”.

¹³ A discrepância nos números – 99 em vez de 97 – ocorre porque dois indivíduos, Edmond von Eilsich e Bruno (I) von der Arken, foram enquadrados simultaneamente em duas categorias.

¹⁴ Também chamados de *échevin* em francês, vide verbete **Schöffe, -ngericht, -nbank** no Lexikon des Mittelalter, vol. VII, p. 1516. Diferentemente dos conselheiros, que eram eleitos pela comunidade para um mandato de um ano, os Schöffen eram escolhidos pelo Arcebispo de Colônia para este cargo, em geral vitalício. Os Schöffen eram encarregados de julgar e administrar a justiça em nome do Arcebispo, o senhor legal da cidade. O conjunto dos Schöffen era designado *Schöffenkollegium*, traduzido aqui por colégio de magistrados.

¹⁵ Que designariamos, num sentido moderno, como “funcionários”: era o caso dos escribas, notários, emissários e outros. Diferentemente dos conselheiros, que eram eleitos para uma função política e não podiam desempenhar mais do que um mandato – de um ano de duração – sem interrupção, os oficiais eram contratados para um trabalho administrativo e davam suporte ao Conselho e aos conselheiros, redigindo atas e cartas, representando a cidade em disputas judiciais ou ainda funcionando – normalmente junto com os conselheiros – como embaixadores junto a outras cidades ou a outros poderes (nobres, membros do alto clero, etc.).

¹⁶ Para Herborn os indivíduos eleitos para o Conselho pelo mecanismo do *Gebrech* (ou seja, diretamente pelos outros conselheiros e não pelas suas respectivas *Gaffeln* ou corporações) por quatro vezes já poderiam ser considerados como membros da elite dirigente, do mesmo modo que aqueles que haviam atingido o cargo de prefeito, vide HERBORN, 1977, p. 396. No entanto, penso que a eleição freqüente para o Conselho – mesmo através do *Gebrech* – não pode ser equiparada à situação daqueles indivíduos que atingiram os cargos mais altos da hierarquia como prefeito e *Rentmeister* (responsável pelas finanças da cidade); este critério – qualitativo mais que quantitativo – é fundamental para compreender e hierarquizar o grupo dirigente.

¹⁷ As *Gaffeln* eram – em Colônia, após 1396 – a expressão política das corporações de ofício.

¹⁸ Como é o caso com Heinrich (I) Suderman e Gobel von Dauwe.

Assim a categoria *Alfa* foi aplicada para aqueles que mais se destacaram e ocuparam postos mais altos nesta hierarquia, a categoria *Gama* para aqueles que apenas eventualmente foram eleitos como conselheiros, e a categoria *Beta* – uma categoria intermediária – para aqueles que ocuparam várias vezes a função de conselheiros, sem, no entanto, atingir os postos mais altos na hierarquia, como o cargo de prefeito.

Para esta investigação foi utilizado o método prosopográfico e uma grande quantidade de dados de diferentes grupos de fontes – públicas e privadas, tais como atas da administração municipal, registros e cartas do Conselho, livros de matrículas na universidade bem como testamentos, processos civis e criminais, livros de registros de transações imobiliárias. Estas informações foram então colocadas em tabelas – para cada indivíduo que compõe o estudo – que contém as informações sobre origem familiar, casamento e prole, formação acadêmica, atividade social e carreira política ou pública. Este não é o local para realizar uma explanação detalhada sobre o método prosopográfico (BULST, 2005, p. 47ss), mas é importante lembrar que vários autores – como, para citar alguns exemplos, Jacques Verger, Rainer Christoph Schwinges, Hilde de Ridder-Symoens, e Klaus Wriedt – reconhecem que a prosopografia é um método muito acurado para o estudo do meio universitário (VERGER, 1986a, p. 313, VERGER, 1986b, p. 69-70; SCHWINGES, 1986a, p. 333; RIDDER-SYMOENS, 1986, p. 343; WILLOWEIT, 1986, p. 8; WRIEDT, 1975, p. 17s; BULST, 2005, p. 58). No entanto a análise – e mesmo a identificação – dos estudantes universitários é freqüentemente deficiente, em parte porque muitos estudos limitam-se a consultar e reproduzir as informações contidas nas edições de matrículas das universidades¹⁹.

O grupo aqui analisado foi dividido segundo a sua atividade, de modo a poder comparar suas relações com a universidade. O primeiro subgrupo é composto por homens que tinham uma participação política direta, mas com diferentes graus de participação (escalonados segundo as categorias *Alfa*, *Beta* e *Gama*, como já mencionado). O segundo subgrupo é formado pelos Schöffen/magistrados, o terceiro por clérigos e o quarto por oficiais administrativos.

O subgrupo dos oficiais – desconsiderados os clérigos que também ocuparam esta função – é o menor deste estudo, composto por apenas dois indivíduos, já que os clérigos foram um subgrupo à parte, mesmo quando desempenham as mesmas funções. O subgrupo dos oficiais é o que mantém relações mais estreitas com a universidade: ambos - Edmund von Eilsich e Johann Frunt – freqüentaram a universidade. Este resultado não espanta, já que os oficiais deveriam representar as cidades em seus processos (STEIN, 1895, p. 46), embora nem sempre eles dispusessem de uma formação jurídica (STEIN, 1895, p. 47; ISENMANN, 1988, p. 144). Isso ajuda a entender porque neste subgrupo apenas um deles - Johann Frunt - concluiu seus estudos universitários. Este resultado é comparável ao do subgrupo dos clérigos. Apesar do seu pequeno número, a análise comparativa das biografias de Edmund von Eilsich e Johann Frunt oferece a possibilidade de perceber a influência do título acadêmico nas suas carreiras.

As histórias de vida de Edmund von Eilsich e Johann Frunt têm muito em comum. Eles pertenciam provavelmente à mesma geração, pois Edmund foi matriculado na universidade de Colônia em 1414 e Johann em 1416 e a tendência geral nesta época era a matrícula de estudantes ainda bem jovens, normalmente „entre 14 e 18 anos, em alguns casos ainda mais jovens“ (WEISERT, 1983, p. 3; vide também MAYER, 1907-1910, p. LXXXVI). Além disso, Edmund morreu em 1463 e Johann apenas um ano após, em 1464. Ambos tinham pessoas na família que já haviam trabalhado como escribas ou notários. Ambos tiveram filhos - respectivamente Johann von Eilsich e Kraft Frunt – que foram politicamente ativos como conselheiros em Colônia²⁰. E ambos tinham relações de parentesco – via casamento – com a família Wasservase, que fazia parte da elite dirigente da cidade: Johann Frunt casou sua filha Belgin com Godert (II) von Wasservase (Schr. 468/170r.) e Edmund von Eilsich casou seu filho Johann (III), com Luckard, filha de Godert (II) von Wasservase de seu primeiro casamento

¹⁹ Como já foi apontado por Wriedt, vide WRIEDT, 1986, p. 489. Mesmo as matrículas da universidade de Colônia, cuidadosamente editadas por Hermann Keussen, contém erros de identificação, como pude constatar em meu trabalho através da comparação deste com outros grupos de fontes, como testamentos e livros de registros de imóveis (os *Schreibsbücher*, aqui abreviados como *Schr.*). Sobre este último grupo de fontes vide ALMEIDA, 2001, p. 191ss.

²⁰ Sem, no entanto, atingir o topo da hierarquia política, eles permanecem na categoria *Beta*.

com Drutgin (Schr. 169/217v).

A atividade profissional de Edmund von Eilsich e Johann Frunt também tem muito em comum, mas podemos inferir que o fato de Johann Frunt ter concluído os seus estudos, ao contrário de Edmund von Eilsich, fez uma diferença para ambos. Pois Edmund von Eilsich já trabalhava para o Conselho da cidade em 1429 (Mitt. 38, p. 119-120) e entre 1441 e 1448 ele é designado como escriba da cidade (*Stadtschreiber*)²¹, enquanto Johann Frunt, que em 1418 obteve o título de bacharel em artes (DIEMAR, 1895, p. 74) e em 1439 o de mestre na mesma faculdade (KEUSSEN, Matrikel I, p. 183), entrou a serviço de Colônia apenas em 1442, mas diretamente como protonotário (STEIN, Akten I, p. CLVI; DIEMAR, 1895, p. 74), ou seja, já em um cargo hierarquicamente superior, caracterizando uma ascensão relâmpago. Anteriormente (em 1439) Johann Frunt havia representado a cidade Rheinbach contra o cidadão coloniense Til Knuyt (DIEMAR, 1895, p. 75). Suas qualidades como advogado devem ter sido impressionantes para que a cidade de Colônia o tenha contratado e oferecido a função de protonotário, que era uma função de confiança. Outra prova neste sentido é o fato que – antes do fechamento do seu período contratual de 10 anos como protonotário – a cidade de Colônia promoveu Johann Frunt para o cargo de chanceler, com a condição que ele concluísse os seus estudos com a obtenção do título de doutor em direito canônico em uma universidade renomada²², o que ele concretizou na Universidade de Pavia em 1451 (KEUSSEN, Matrikel I, p. 183).

Foi apenas após a promoção de Johann Frunt para a função de chanceler que Edmund von Eilsich – que já há um longo período servia à cidade – obteve o cargo de protonotário. Também nesta função ele serviu bem à sua cidade²³, mesmo sem a conclusão da universidade, já que nem as matrículas nem as outras fontes disponíveis apontam um título universitário para ele. Mas, apesar dos seus bons serviços, é visível a diferença do título universitário para a carreira de oficial em Colônia, pois Edmund ficou em uma função hierarquicamente inferior à de seu colega e contemporâneo Johann Frunt²⁴.

Oficiais da cidade podiam também pertencer ao subgrupo dos clérigos, como já foi mencionado. É o caso de alguns dos oito clérigos que compõe este estudo. Neste grupo três haviam estudado na universidade de Colônia e dois em Bologna, o que corresponde a uma quota de matrícula de 63%, a segunda maior entre os subgrupos que compõe esta análise²⁵. Destes cinco indivíduos, quatro obtiveram um grau universitário, a saber: dois membros da família Hirtze, um da família Wasservase e um da família Quattermart. É bastante significativo o fato que três destes quatro sejam exatamente aqueles indivíduos cuja filiação é incerta e que não puderam ser ordenados nas suas respectivas genealogias, o que é, muito provavelmente, um indício de se tratarem de filhos ilegítimos²⁶. Este é o caso de Gerhard von Wasservase, canonista na igreja de S. Aposteln (SCHÄFER, 1901, p. 161), provavelmente um filho ilegítimo de

²¹ Ou seja, oficial responsável pela escrita de documentos oficiais, como a correspondência da cidade de Colônia com outras cidades ou nobres, imperadores etc. Entre 1440 e 1448 Edmund von Eilsich já havia trabalhado como *Schreinschreiber*, ou seja, como responsável pelo registro das entradas de bens imóveis nos *Schreinsbücher*, vide KEUSSEN, Matrikel I, p. 170.

²² Mitt. 19, p. 79; DIEMAR, 1895, p. 74. Aqui é visível o interesse do Conselho da cidade na formação acadêmica – especialmente na área do direito – do seu pessoal administrativo, vide a este respeito também WRIEDT, 1986, p. 501. Esta foi uma tendência que se desenvolveu plenamente no século XVI, ISENMANN, 1988, p. 145.

²³ Um indício claro neste sentido é o fato que, após sair do serviço da cidade, ele foi eleito para o Conselho de Colônia.

²⁴ A isso, soma-se o fato que o sucessor de Edmund von Eilsich na função de protonotário foi o doutor em direito romano Heinrich Rether, vide STEIN, Akten I, p. CLV. A formação acadêmica de oficiais também foi um diferencial para os oficiais a serviço dos principados territoriais, como demonstra Demand no seu estudo sobre o pessoal da administração de Hessen no século XVI, vide DEMANDT, 1952, p. 124 e 130s.

²⁵ Este número poderia subir até 86%, caso Heinrich (I.) von Hirtze – matriculado em 1367 na universidade de Bologna – fosse contabilizado. Mas como Heinrich morreu antes de 1391 – o limite inicial desta pesquisa – ele não foi incorporado nas estatísticas.

²⁶ Com uma grande população e numerosas instituições religiosas, Colônia era uma das cidades com maior número de filhos ilegítimos e figurava „[...] com 1.196 casos, em segundo lugar no número de dispensas [no Império]“ (SCHMUGGE, 1995, p. 283).

Gerhard (III.) von Wasservase²⁷, e é muito possivelmente também o caso dos dois Johann von Hirtze que foram clérigos e também oficiais da cidade de Colônia entre fins do século XIV e início do XV²⁸. Estes casos reforçam a tese defendida por Bulst, segundo a qual muitos pais de filhos ilegítimos os mandavam para a universidade para facilitar a sua ascensão social (BULST, 1994, p. 36).

Em terceiro lugar na quantidade de matrículas encontramos o grupo dos indivíduos politicamente ativos. Trata-se de um subgrupo de 43 homens, classificados nas categorias *Alfa*, *Beta* e *Gama* conforme o grau de envolvimento ou influência política. Estes foram dispostos em uma tabela que deve responder à questão em que medida frequentar - e concluir - um curso universitário poderia ser útil ou não para a carreira política.

Tabela 1:

Categoria na participação política	Quantidade de indivíduos	Com matrícula na Universidade	%	Com conclusão dos estudos	%
<i>Alfa</i>	13	5	38	1	7,7
<i>Beta</i>	15	5	33	-	-
<i>Gama</i>	15	3	20	-	-
Total	43	13	30	1	2

Estes resultados mostram que a matrícula, a frequência e mesmo a conclusão de um curso universitário não eram indispensáveis para uma carreira política em Colônia na Idade Média tardia, como já foi provado para a cidade de Hanover pelos estudos de Schilling (SCHILLING, 1985, p. 10)²⁹. Aqui, entre as categorias *Alfa* e *Beta*, existe uma diferença mínima - 5% apenas - na quota de matrículas. Entre as categorias *Beta* e *Gama* a diferença é de 13%, o que também não é um número muito significativo. Disso pode-se concluir que para os políticos mais bem sucedidos deste período uma formação universitária não era algo indispensável. Para o conjunto do subgrupo dos políticos a taxa de matrícula fica em 30%, com apenas 2% de taxa de conclusão dos estudos universitários.

A alta taxa de abandono dos estudos universitários encontrada no grupo investigado corresponde a uma tendência para todo o Sacro Império³⁰. Mas no caso deste subgrupo - especialmente para os classificados como *Alfa* e *Beta* - não é possível explicar este fenômeno por dificuldades financeiras ou pela „[...] esperança de, por outros caminhos, obter uma posição mais segura [profissionalmente]“³¹, como levantado por Wriedt. Este fenômeno - abandono dos estudos antes da conclusão dos mesmos - pode ser compreendido tanto por fatores práticos - como o longo período para a formação acadêmica e a grande quantidade de reprovações que determinavam a forte seletividade dos estudos universitários“ (VERGER, 1986a, p. 314) - bem

²⁷ GROTEN, 1981, p. 109. Ele é mencionado também no testamento de Godert (IV) von Wasservase, de 1518, juntamente com Gerhard (III) von Wasservase e Gerhard (IV) von Wasservase, filho legítimo deste, vide Test. W 3/101.

²⁸ Sobre o primeiro vide SCHMIDT-BLEIBTREU, 1980, p. 422, Schrb. 174/119r, ENNEN, Quellen V, p. 159, BREUER, 1925, p. 65, KÜRTEEN, 1985, p. 54. Sobre o segundo vide ENNEN, 1863-1880, p. 59; HUISKES, Beschlüsse I, p. 115 e Mitt. 36/37, p. 60: nesta última fonte ele é mencionado como „[...] um professor reconhecido e esforçado“.

²⁹ Boer constatou uma situação bastante similar para Leiden, vide BOER, 1985, p. 103. Estes exemplos confirmam a acersão de Insemann, para que „o período clássico dos conselheiros eruditos [...] [começaria] apenas posteriormente, em meados do século XVI“, ISENMANN, 1988, p. 145. Neste sentido Colônia não foge ao esquema geral, como já foi apontado por Herborn, vide HERBORN, 1985, p. 337s.

³⁰ Vide também BOOCKMANN, 1981, p. 300. Sobre a tendência da interrupção dos estudos universitários em toda a Europa vide o verbete „Universidade“. In: Dicionário temático do Ocidente medieval II, p. 584, e também ULLMANN, 2000, p. 208-209.

³¹ WRIEDT, 1986, p. 498. No mesmo sentido afirma Boockman, „que na idade média estudava-se mais para a obtenção de uma prebenda ou uma função remunerada do que pelos exames [no sentido de conclusão dos estudos]“, BOOCKMANN, 1981, p. 301.

como por questões de perspectivas e representações sociais, pois, como afirma Schwinges:

[...] a universidade medieval, tanto em uma análise quantitativa quanto qualitativa, era um espaço para encontros sociais segundo regras já tradicionalmente estabelecidas, e portanto mais um local para estabelecer contatos sociais do que para a promoção social por meio da formação acadêmica (SCHWINGES, 1986b, p. 343)³².

Os resultados encontrados para Colônia confirmam uma tendência geral segundo a qual no século XV conselheiros com formação acadêmica permanecem como uma exceção³³, mesmo quando não era expressamente proibido que os conselheiros possuissem formação acadêmica (o que de fato era o caso em Nürenberg, ISENMANN, 1988, p. 145).

Para compreender o porque da pequena participação de indivíduos com alguma formação acadêmica – e ainda menor com a conclusão dos estudos universitários – como conselheiros na cidade de Colônia, devemos ter em mente que o Conselho podia recorrer ao trabalho qualificado de seus oficiais, que – antes que conselheiros e magistrados – já desenvolviam uma tradição de freqüentar a universidade (WRIEDT, 1986, p. 501). Além disso, o conselho controlava também – através da instância dos provisosores – as relações com a universidade, sendo que o cargo de provisor era ocupado quase exclusivamente por políticos da categoria *Alfa*, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 2 - Provisores da Universidade

Categoria	Número de indivíduos	Número de Provisores	%
<i>Alfa</i>	13	10	77
<i>Beta</i>	15	1	6
<i>Gama</i>	15	-	-
Total	43	11	25,5

É significativo que, embora os políticos da categoria *Alfa* dominem inquestionavelmente o quadro dos provisosores da universidade – com com 91% do total de provisosores – apenas um deles tenha efetivamente concluído a universidade³⁴, o que demonstra que a indicação para a função de provisor devia-se basicamente à critérios de importância política, e não de qualificação acadêmica.

O fato que o único indivíduo do subgrupo dos políticos a concluir seus estudos universitários seja um membro da categoria *Alfa* deve-se, portanto, não a sua carreira acadêmica, mas sim ao seu *background* familiar. Johann (VIII) von Hirtze, doutor em direito romano e canônico e posteriormente conselheiro e prefeito da cidade de Colônia, pertencia a uma família patricia que já, pelo menos, desde 1367 enviava seus filhos para a universidade: é o caso de um Johann von Hirtze e dos irmãos Heinrich (I) e Adolf von Hirtze que foram matriculados neste ano em Bologna (KNOD, 1899, p. 84 e 85). Em 1389 – um ano após a fundação da universidade de Colônia – um outro Johann von Hirtze foi nesta matriculado (KEUSSEN, I, p. 26), bem como Richolf von Hirtze (KEUSSEN, I, p. 26). Seu primo, Johann (VI) von Hirtze, foi matriculado em Colônia em 1423 (KEUSSEN, I, p. 252). Em 1455 foi a vez de outros dois irmãos desta família, Everhard (II) von Hirtze e seu irmão, o já mencionado

³² SCHWINGES, 1986b, p. 343, sobre este tema vide também SCHWINGES, 1986a, p. 333. Mitgau encontrou um resultado comparável para o patriciado de Braunschweig. Sobre este grupo afirma o autor: „certamente também alguns dos seus representantes [do Patriciado] estudavam já há algumas gerações, como mostram as numerosas matrículas, mas estes seguiam mais uma formação como cavalheiros do que profissionalizante“, MITGAU, 1968, p. 18.

³³ ISENMANN, 1988, p. 145. A imposição de uma nova tendência foi mostrada para Münster nos séculos XVI e XVII pelo trabalho de Lahrkamp, vide LAHRKAMP, 1968, p. 202.

³⁴ É o caso do polêmico Johann (VIII) von Hirtze.

Johann (VIII) (KEUSSEN, Matrikel I, p. 589)³⁵. Este Johann (VIII) von Hirtze teve um filho ilegítimo, que também recebeu o nome de Johann, e que foi matriculado em 1480, obtendo posteriormente o título de bacharel em direito canônico (KEUSSEN, Matrikel II, p. 92). Nenhuma outra das famílias analisadas teve tantos dos seus membros matriculados na universidade. Com 3 doutores a família Hirtze está no topo também no que diz respeito à conclusão dos estudos universitários e pode ser considerada uma família erudita.

Em segundo lugar, sob o aspecto envio de estudantes para a universidade, encontra-se a família Wasservase³⁶, sendo interessante o fato de que todas as matrículas desta família ocorreram entre a segunda metade do século XV e o início do XVI. Neste período a situação política e social da família Wasservase já estava assegurada, e este é outro argumento no sentido de que a matrícula na universidade não deve ser considerada apenas como um fator para a promoção social. Bem mais provável é que a família Wasservase, com a aproximação da virada do século, tenha seguido uma tendência geral de aumento do número de matrículas nas universidades européias neste período (BOOCKMANN, 1981, p. 301)³⁷.

Em terceiro lugar entre os matriculados na universidade de Colônia – com dois representantes cada – encontram-se as famílias Dauwe³⁸, Quattermart³⁹, Eilsich⁴⁰ e Frunt⁴¹. Mas apesar de todas estas famílias terem a mesma quantidade de estudantes, deve-se considerar a taxa da família Dauwe como proporcionalmente menor, já que todos os seus membros foram analisados em um período de mais de um século, enquanto entre as outras famílias – Quattermart, Frunt e Eilsich – que não pertencem ao grupo principal, apenas aqueles indivíduos em relação direta – por casamento – com as famílias principais tenham sido investigados e, portanto, a filiação de alguns indivíduos com o mesmo nome não pode ser estabelecida⁴². Caso procuremos nas matrículas da universidade de Colônia por pessoas com o mesmo nome, aumenta significativamente o número de pessoas das famílias Frunt e Eilsich: além dos já mencionados membros destas famílias foram encontradas 3 pessoas com o nome Frunt⁴³ e 4 com o nome Eilsich⁴⁴, sendo que apenas os estudantes designados como *coloniensis* foram considerados. Como as famílias Frunt e Eilsich não foram estudadas durante todo o período de 1391 até 1513, nem todos estes indivíduos puderam ser identificados com segurança e contabilizados para as respectivas famílias, porque na Idade Média apenas o sobrenome muitas vezes não é indício suficiente para estabelecer o parentesco, especialmente em caso de nomes com origem na toponímia, como é o caso do nome von Eilsich. Mas não deixa de ser instigante o fato que esta coincidência com os nomes ocorra exatamente em relação às duas famílias que tinham representantes na categoria dos oficiais. Este subgrupo, como já foi apontado, era exatamente o que tinha o maior grau de matrícula e conclusão dos estudos universitários. Uma análise mais detalhada das famílias Frunt e Eilsich poderia eventualmente mostrar que a tendência para o desenvolvimento de famílias eruditas e hereditariedade na função entre oficiais da cidade, que Wriedt identificou como característica do século XVI, já estava presente em

³⁵ Sobre o parentesco entre eles vide Schrb. 94/64r, 164/232r-232v, 165/2v, 165/17r, 169/231r, 462/208v, 468/147r, 468/169v, 468/172r, 468/176v und 468/177v.

³⁶ Peter: KEUSSEN, Matrikel II, p. 72; Gerhard (IV): KEUSSEN, Matrikel II, p. 403; Godert (IV): KEUSSEN, Matrikel II, p. 732; e Gerhard von Wasservase, que posteriormente foi canonista da igreja de St. Aposteln, em Colônia: KEUSSEN, Matrikel II, p. 506.

³⁷ Vide também o verbete “Universidade”, Dicionário temático do Ocidente medieval II, P. 583. Sobre a influencia desta tendência também sobre a Ordem dos Cavaleiros Teutônicos vide MILITZER, 1993, p. 256ss.

³⁸ Jakob (II): KEUSSEN, Matrikel I, p. 268; Johann (III): KEUSSEN, Matrikel I, p. 473.

³⁹ Johann (II): KEUSSEN, Matrikel I, p. 808; e seu irmão Mathias: KEUSSEN, Matrikel I, p. 881.

⁴⁰ Edmund: KEUSSEN, Matrikel I, p. 170; Johann: KEUSSEN, Matrikel I, p. 592.

⁴¹ Johann: KEUSSEN, Matrikel I, p. 148; Kraft: KEUSSEN, Matrikel I, p. 845

⁴² No entanto, para a família Quattermart não foram encontradas outras matrículas na universidade de Colônia no período estudado.

⁴³ Um deles, Edmund Frunt, foi escriba - Schöffenschreiber - e Protonotário: KEUSSEN, Matrikel I, p. 170; um outro, matriculado mais tarde, também se chamava Edmund: KEUSSEN, Matrikel II, p. 706; Johann: KEUSSEN, Matrikel II, p. 150.

⁴⁴ Um deles era Johann von Eilsich, escriba - Schöffenschreiber: KEUSSEN, Matrikel I, p. 45; um outro Johann von Eilsich foi matriculado mais tarde: KEUSSEN, Matrikel I, p. 329; Heinrich: KEUSSEN, Matrikel I, p. 583; e há ainda um Johann von Eilsich matriculado em 1500: KEUSSEN, Matrikel II, p. 499.

Colônia no século XV.

Este desenvolvimento não se limitava apenas às famílias de oficiais, pois também a família Hirtze tem uma grande quantidade de matrículas e conclusão dos estudos acadêmicos, como já foi demonstrado. Johann (VIII.) von Hirtze pertencia a esta tradição. Após o seu estudo na universidade de Colônia ele tornou-se em 1462 *scholasticus* e vice-reitor na famosa escola de direito de Orléans (KEUSSEN, Matrikel I, p. 589-590)⁴⁵, que já há alguns séculos era freqüentada por estudantes alemães (ILLMER, 1986, p. 426)⁴⁶. Ainda neste mesmo ano ele concluiu seu doutorado em Pavia, onde obteve um título de doutor em direito canônico e romano (KEUSSEN, Matrikel I, p. 589-590). Entre 1472 e 1486 ele atuou como professor para direito canônico na universidade de Colônia (KEUSSEN, Matrikel I, p. 590), e em 1476 ele foi eleito como reitor nesta mesma universidade (KEUSSEN, Matrikel I, p. 590). Ainda enquanto atuava como professor na universidade de Colônia ele foi eleito – em 1484 – como conselheiro da cidade de Colônia.

No entanto, analisando a carreira de Johann (VIII) von Hirtze torna-se claro que a sua relação com a universidade foi considerada pelo Conselho da cidade mais como um problema do que como uma vantagem, pois ele utilizou o seu direito ao privilégio do *fori universitate*, para tratar de assuntos particulares, como ocorreu em 1481 (Mitt. 36/37, p. 234) e 1487 (Mitt. 36/37, p. 248). Mesmo assim ele foi eleito em 1489 como prefeito da cidade, e posteriormente também em 1492. O problema era que: “[...] embora [...] a cidade garantisse a sua proteção à universidade [...], ela não podia exigir dos seus membros o cumprimento das suas obrigações enquanto cidadãos” (KEUSSEN, 1891, p. 71). Assim Johann (VIII) von Hirtze foi criticado porque “após entregar a sua cátedra na universidade, ele não poderia continuar utilizando a jurisdição acadêmica” (KEUSSEN, 1891, p. 75)⁴⁷. Estes problemas, no entanto, não impediram a sua carreira política, já que ele atingiu o cobiçado posto de prefeito – que muitos conselheiros jamais conseguiam atingir – e, portanto pode ser classificado dentre da categoria *Alfa*⁴⁸.

O caso de Johann (VIII) von Hirtze já foi utilizado como um modelo para a explicação da questão pequeno número de conselheiros com títulos universitários, pois ele aparecia “nas reuniões do Conselho com a toga de doutor [...] utilizando o seu título acadêmico de mestre” (SCRIBNER, 1976, p. 228). Mas apesar de sua apresentação pública como membro da universidade⁴⁹, que Johann (VIII) von Hirtze manteve ao longo de toda a sua vida, não pode ser o “exagero no luxo” (KELLENBENZ, 1976, p. 127)⁵⁰, como defende Kellenbenz, o motivo exclusivo para o conselho da cidade recusar posteriormente a participação de conselheiros com títulos acadêmicos. A comparação entre a cidade de Colônia e a de Nürnberg, entre outras cidades, mostra que se trata aqui de uma tendência geral neste período, e não do resultado da ação de um único indivíduo.

Esta tendência geral é ainda mais visível ao analisarmos a relação do subgrupo dos magistrados com a universidade. Neste subgrupo de 7 indivíduos, apenas um freqüentou a universidade, o que representa uma taxa de matrícula de apenas 14,2%, a segunda mais baixa. Além disso, nenhum destes 7 chegou a concluir a universidade⁵¹. É significativo ainda o fato que o único *Schöffe* a passar pela universidade de Colônia foi Johann (III) von Dauwe, que iniciou sua carreira em 1486, sendo que todos os outros seis atuaram apenas até a metade do

⁴⁵ Em Orléans e algumas outras universidades européias a função do *scholasticus* permaneceu importante até o final da idade média, já que era ele que concedia a *licentia docendi* (autorização para ensinar), controlava os professores e as comissões de exames, vide o verbete *Scholasticus* no Lexikon des Mittelalters, vol. VII, p. 1520-1521.

⁴⁶ Inclusive – desde a metade do século XIV – por alguns jovens de famílias de conselheiros, ILLMER, 1986, p. 428.

⁴⁷ Até mesmo a viúva de Johann, Drutgin, exigiu (como viúva de um membro da universidade) o „*Privilegium fori universitatis*“, Mitt. 36/37, p. 287. Sobre outros problemas na utilização e abusos da jurisdição universitária vide KEUSSEN, 1891, p. 84.

⁴⁸ Para uma análise detalhada das disputas entre Johann (VIII) von Hirtze e o Conselho da cidade vide KEUSSEN, 1891, p. 92s.

⁴⁹ Este processo de tomada de consciência das universidades e dos seus membros já havia iniciado há algum tempo, vide LE GOFF, 1964, p. 28-29. No caso de Johann (VIII) von Hirtze deve ser considerado não apenas o seu status como membro de uma família do antigo patriciado, mas também o fato desta família destacar-se como uma família erudita, com tradição de enviar seus membros para a universidade, como já foi mencionado.

⁵⁰ Este argumento já havia sido rejeitado por Herborn, vide HERBORN, 1985, p. 339.

⁵¹ E, neste sentido, este subgrupo encontra-se abaixo mesmo dos níveis do subgrupo *Nihil*.

século XV. Estes dados são curiosos, pois sabemos que desde o século XIII o estudo do direito vinha ganhando importância e, especialmente para os magistrados, que pronunciavam julgamentos no tribunal superior da cidade, uma formação jurídica seria vantajosa, pois:

[...] mesmo que os *scabini* tenham perdido totalmente o poder político direto, eles mantiveram grande parte de suas competências jurídicas. Eles permaneceram como a única instância superior *de jure* dentro da cidade para as questões de direito civil e criminal (SCHWERHOFF, 1991, p. 74).

No entanto, os resultados deste trabalho confirmam outras pesquisas que demonstram que para os magistrados a formação acadêmica e a obtenção de um título não se tornaram uma tradição antes do século XVI (HERBORN/HEUSER, 1998, p. 79). Provavelmente neste sentido o colégio dos magistrados seguia uma tendência de aumento da erudição, que também é visível para os conselheiros e prefeitos do século XVI (HERBORN, 1985, p. 342-343s).

Conclusão

A universidade medieval – e a universidade de Colônia não era uma exceção - era um local onde as diferenças sociais eram mantidas, já que cada estudante universitário levava consigo seu status pessoal e familiar (SCHWINGES, 1986a, p. 341 e 348) (SCHWINGES, 1986b, p. 341 e 348) e por isso „*grau*” em oposição a *'status'* e *'honra'* permanecia como uma categoria secundária nas universidades, sem fornecer um substituto eficaz para estas duas últimas categorias“ (SCHWINGES, 1986b, p. 342.)⁵². Isso é verificável também nos livros de matrícula, onde os nomes de alguns estudantes são acompanhados de observações como as que seguem: „*ex utroque parente de stirpe militari genitus*“ (KEUSSEN, Matrikel I, p. 25), „*et utroque parente de militari genere procreatus*“ (KEUSSEN, Matrikel I, p. 26), „*ex utroque parente de militari genere legitime procreatus*“ (KEUSSEN, Matrikel II, p. 230), para mostrar apenas alguns exemplos que confirmam a tese de Schwinges, segundo a qual o status era trazido de fora da universidade (SCHWINGES, 1986b, p. 344)⁵³.

É claro que alguns estudantes que conseguiam obter o dispendioso título de doutor⁵⁴ obtinham mais status e maiores possibilidades de ascensão social⁵⁵ e também que os professores dispunham de um grande prestígio⁵⁶. Mesmo assim no subgrupo dos políticos a frequência à universidade é baixa, o que pode ser compreendido pelo fato de uma parcela significativa deste subgrupo dispor de outros mecanismos de afirmação do seu poder e prestígio. Por outro lado encontramos alguns indivíduos sem atividade pública ou política como estudantes ou titulados pelas universidades, como é o caso de Peter von Hoerich, mencionado com o título de mestre⁵⁷, Mathias Quattermart, que 1475 foi matriculado e em 1478 obteve o título de mestre na faculdade de artes, e de Godert (IV) von Wasservase, que em 1514 foi matriculado e em 1516 obteve o título de licenciado em artes (KEUSSEN, Matrikel II, p. 732.). A estes se soma também Johann (IX) von Hirtze, filho ilegítimo do já mencionado Johann (VIII) von Hirtze, „*doctor famosissimi*”, que em 1480, ainda menor de idade, foi matriculado por seu pai e em 1491 obteve o título de bacharel em direito canônico (KEUSSEN, Matrikel II, p. 92).

A dissociação entre uma carreira política e acadêmica no século XV pode ser compreendida pelo fato que as questões jurídicas e diplomáticas do Conselho foram muitas

⁵² A isso soma-se o fato que em muitos casos não a capacidade acadêmica mas sim os vínculos familiares e de clientelas eram decisivos para a obtenção dos cargos mais importantes, vide DEMANDT, 1952, p. 91-92.

⁵³ Este fenômeno não é exclusivo da universidade medieval, mas pode ser observado também em outras instituições, como a igreja, como constatado por Johag: „Clérigos do patriciado e da nobreza comportavam-se de acordo com o seu status, mesmo quando estavam em posições subalternas da hierarquia eclesiástica“, JOHAG, 1977, p. 30.

⁵⁴ „O grau dos ricos“, como é chamado por Fedou, FEDOU, Les hommes de lois, *apud* BOVE, 1986, p. 53; no mesmo sentido vide ULLMANN, 2000, p. 143.

⁵⁵ SCHWINGES, 1986b, p. 342. O fato de que uma formação acadêmica, especialmente como jurista, representava um caminho possível para a ascensão social, não é algo restrito ao Sacro Império, mas sim um fenômeno comum a outras regiões da Europa medieval, vide por exemplo BOVE, 1986, p. 52

⁵⁶ Embora, na minha opinião, Scribner exagere a este respeito, vide SCRIBNER, 1976, p. 227.

⁵⁷ Vide o seu Testamento, H 2/906.

vezes equacionadas por seus oficiais, acompanhados por conselheiros, mas não diretamente por estes últimos. Neste sentido pode-se concordar com Hans Schilling apenas parcialmente quando este afirma que os conselheiros-comerciantes foram substituídos pelos conselheiros-juristas (SCHILLING, 1985, p. 12). Esta substituição é bem mais gradual e não imediata, sendo necessário explorar uma categoria intermediária que existiu entre estes dois extremos – pelo menos em Colônia – entre fins do século XV e início do XVI. Pois, mesmo sem formação universitária, muitos dos mais importantes conselheiros de Colônia neste período não podem mais ser classificados de conselheiros-comerciantes, sem, no entanto, enquadrar-se na categoria de conselheiros-juristas, uma tendência que apenas a partir da segunda metade do século XVI começaria a se impor. A riqueza vinda do comércio e outros investimentos sustentou uma outra forma de especialização, mesmo que não aquela formal fornecida pelas universidades, mas sim mais diretamente ligada à vida política e às suas tarefas.

REFERÊNCIAS

FONTES

Beschlüsse des Rates der Stadt Köln, 1320-1550. (Publikationen der Gesellschaft für Rheinische Geschichtskunde, Bd. 65), 5 vol., volume I editado por Manfred HUISKES, vol. 2-5 editados por Manfred Groten, Düsseldorf, 1988-1990.

KEUSSEN, H. (Hg.), **Die Matrikel der Universität Köln: 1389-1559**. (Publik. der Gesellschaft für Rheinische Geschichtskunde VIII). Bonn, Droste, 1919-1931, 3 vols.

Schreinsbücher = Schrb. 94, 164, 165, 169, 462, 468.

STEIN, Walter (Bearb.), **Akten zur Geschichte der Verfassung und Verwaltung der Stadt Köln im 14. und 15. Jahrhundert** (Publikationen der Gesellschaft für Rheinische Geschichtskunde, Bd.10), 2 Bde., Bonn, 1893-95.

Testamentos: H 2/906, W 3/101

ESTUDOS

ALMEIDA, C. C. *Entre Veneza e Amsterdã: um estudo da camada dirigente de Colônia (séculos XIV-XVI)*. In: CARVALHO, M. M./LOPES, M. A. FRANÇA, S. S., (Org.). **As cidades no tempo**. Franca: Unesp, 2005, p. 179-200.

ALMEIDA, C. C. *Os Schreinsbücher como fonte genealógica e de história social: limites e perspectivas*. In: MALEVAL, M. A. T. (Org.). **Atas do III. Encontro Internacional de Estudos Medievais da ABREM**. Rio de Janeiro: Ed. Ágora da Ilha, 2001, p. 191-197.

BOER, D. E. H. Die politische Elite Leidens am Ende des Mittelalters. Eine Zwischenbilanz. In: SCHILLING, H. DIEDERIKS, H. (Hg.). **Bürgerliche Eliten in den Niederlanden und in Nordwestdeutschland. Studien zur Sozialgeschichte des europäischen Bürgertums im Mittelalter und in der Neuzeit**. (Städteforschung, Reihe A: Darstellungen, Bd. 23), Köln/Wien, 1985, p. 85-109.

BOOCKMANN, H. Zur Mentalität spätmittelalterlicher gelehrter Räte. **Historische Zeitschrift**, 233, p. 295-316, 1981.

BOVE, B. Un cas d'ascension sociale à la fin du XIVe siècle: Audoin Chaveron, prévôt de Paris. **Revue Historique** 295/1, p. 49-82, 1986.

- BREUER, J. **Die Stifts- und Pfarrkirche St. Andreas zu Köln.** Köln, 1925.
- BRINCKEN, A. D. In supreme dignitatis. Zur Gründungsurkunde Papst Urbans VI. für die Universität Köln vom 21. Mai 1388. **Geschichte in Köln** 23, p. 9-36, 1988.
- BRINCKEN, A.-D. Die Stadt Köln und ihre Hohen Schulen. In: MASCHKE, E./SYDOW, J. (Hg.), **Stadt und Universität im Mittelalter und in der frühen Neuzeit**, 13. Arbeitstagung in Tübingen (8.-10./11/1974), Stadt in der Geschichte (Veröffentlichung des Südwestdeutschen Arbeitskreises für Stadtgeschichtsforschung, Bd. 3) Sigmaringen, 1977, p. 27-52.
- BULST, N. Sobre o objeto e o método da prosopografia. **Politeia: História & sociedade**, vol. 5 n° 1, p. 47-68, 2005.
- BULST, N. Illegitime Kinder - viele oder wenige? Quantitative Aspekte der Illegitimität im spätmittelalterlichen Europa. In: SCHMUGGE, L. (Hg.). **Illegitimität im Spätmittelalter.** München, 1994, p. 21-39.
- DEMANDT, K. Amt und Familie: Eine soziologisch-genealogische Studie zur hessischen Verwaltungsgeschichte des 16. Jahrhunderts. **Hessisches Jahrbuch für Landgeschichte** 2, p. 79-133, 1952.
- DIEMAR, H. Johann Vront von Köln als Protonotar (1442-1448). In: **Beiträge zur Geschichte vornehmlich Kölns und der Rheinlande. Zum achtzigsten Geburtstag Gustav von Mevissens.** Dargebracht von dem Archiv der Stadt Köln. Köln 1895, p. 71-106.
- ENNEN, L. (Hg.). **Quellen zur Geschichte der Stadt Köln.** Köln: DuMont-Schauberg, 1860-1879, 6vs.
- ENNEN, L. **Geschichte der Stadt Köln, meist aus den Quellen des Kölner Stadt-Archivs**, 5 Bde. Köln und Neuß, 1863-1880.
- GROTEN, M. (Hg.). **Älteste Stadtuniversität Nordwesteuropas: Ausstellung aus Anlaß des 600. Jahre Kölner Universität.** Köln, 1988.
- GROTEN, M. Gerhard vom Wasservas (um 1450-1520). **Jahrbuch des Kölnischen Geschichtsvereins** 52, p. 93-130, 1981.
- HERBORN, W. **Die politische Führungsschicht der Stadt Köln im Spätmittelalter**, (Rheinisches Archiv, Bd. 100), Bonn, 1977.
- HERBORN, W.; HEUSER, P. A. Vom Geburtsstand zur regionalen Juristenelite - Greven und Schöffen des Kurfürstlichen Hochgerichts in Köln von 1448 bis 1798, **Rheinische Vierteljahresblätter**, 62, p. 59-160, 1998.
- HERBORN, W. Der graduierte Ratsherr: zur Entwicklung einer neuen Elite im Kölner Rat der frühen Neuzeit. In: SCHILLING, H./DIEDERIKS, H. (Hg.). **Bürgerliche Eliten in den Niederlanden und in Nordwestdeutschland. Studien zur Sozialgeschichte des europäischen Bürgertums im Mittelalter und in der Neuzeit**, (Städteforschung, Reihe A: Darstellungen, Bd. 23). Köln/Wien, 1985, p. 337-400.
- ILLMER, D. Die Rechtsschule von Orléans und ihre deutschen Studenten im späten Mittelalter. In: FRIED, J. (Hg.). **Schulen und Studium im sozialen Wandel des hohen und späten Mittelalters**, (Vorträge und Forschungen, Bd. 30), Sigmaringen, Jan Thorbecke Verlag, 1986, p. 407-438.
- IRSIGLER, F. **Die wirtschaftliche Stellung der Stadt Köln im 14. und 15. Jahrhundert: Stukturanalyse einer spätmittelalterlichen Exportgewerbe- und Fernhandelsstadt.** (Vierteljahresschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte, Bd. 65), Wiesbaden, 1979.
- ISENMANN, E. **Die deutsche Stadt im Spätmittelalter: 1250-1500.** Stuttgart, 1988.
- JOHAG, H. **Die Beziehungen zwischen Klerus und Bürgerschaft in Köln zwischen 1250 und 1350.** (Rheinisches Archiv, Bd. 103), Bonn, 1977.

KELLENBENZ, H. Zur Sozialstruktur der rheinischen Bischofsstädte in der frühen Neuzeit. In: PETRI, F. (Hg.). **Bischofs- und Kathedralstädte des Mittelalters und der frühen Neuzeit.** (Städteforschung, Reihe A: Darstellungen, Band 1). Köln/Wien, 1976, p. 118-145.

KEUSSEN, H. **Die alte Universität Köln: Grundzüge ihrer Verfassung und Geschichte.** (Veröffentlichungen des Kölnisches Geschichtsvereins, Bd. 10). Köln, 1934.

KEUSSEN, H. Die Stadt Köln als Patronin ihrer Hochschule von deren Gründung bis zum Ausgange des Mittelalters. **Westdeutsche Zeitschrift für Geschichte und Kunst** 10, p. 62-104, 1891.

KEUSSEN, H. (Bearb.). **Regesten und Auszüge zur Geschichte der Universität Köln 1388-1559.** (Mitteilungen aus dem Stadtarchiv von Köln, Heft 36/37, 1918.)

KNOD, G. C. (Bearb.). Deutsche Studenten in Bologna (1289-1562). **Biographischer Index zu den Acta nationis Germanicae universitatis Bononiensis.** Berlin, 1899.

KÜRTEEN, P. **Das Stift St. Kunibert in Köln von der Gründung bis zum Jahre 1453.** (Kölner Schriften zu Geschichte und Kultur, Bd. 10). Köln, 1985.

LAHRKAMP, H. Das Patriziat in Münster. In: RÖSSLER, H. (Hg.). **Deutsches Patriziat: 1430-1740.** (Schriften zur Problematik der deutschen Führungsschichten in der Neuzeit, Bd. 3). Limburg/Lahn, 1968, p. 195-207.

LE GOFF, J. *Quelle conscience l'université médiévale a-t-elle d'elle-même?* In: WILPERT, P./ECKERT, W. P. (Hg.), **Beiträge zum Berufsbewußtsein des mittelalterlichen Menschen.** (Miscellanea Mediaevalia, 3). Berlin, 1964, p. 44-60.

LE GOFF, J. **Os intelectuais na Idade Média.** São Paulo, Brasiliense, 1989.

LE GOFF, J. **O apogeu da cidade medieval.** São Paulo, Martins Fontes, 1993.

LINDWEILER, W. H. B. Universität und Alltag im spätmittelalterlichen Köln. In: BLUSCHE, W. (Hg.). **Nachilfe zur Erinnerung, 600 Jahre Universität zu Köln.** Köln, 1988.

MAYER, H. (Hg.). **Die Matrikel der Universität Freiburg im Breisgau von 1460-1656.** Freiburg, 1907-1910, 2vs.

MEIER, T. (Hg.). **Lexikon des Mittelalters.** Stuttgart/Weimar, Metzler, 1999, vol. III.

MEUTHEN, E. **Kölner Universitätsgeschichte.** Bd. 1: Die alte Universität, Köln/Wien, 1981.

MILITZER, K. Beziehungen des Deutschen Ordens zu den Universitäten, besonders zur Kölner Universität. In: NOWAK, Z. H. (Hg.). **Die Spiritualität der Ritterorden im Mittelalter.** (Ordines militares – Colloquia Torunensia Historica 7), Toruń 1993, p. 253-269.

MITGAU, H. Geschlossene Heiratskreise sozialer Inzucht. In: RÖSSLER, H. (Hg.), **Deutsches Patriziat: 1430-1740.** (Schriften zur Problematik der deutschen Führungsschichten in der Neuzeit, Bd. 3). Limburg/Lahn, 1968, p. 1-25.

REXROTH, F. Die Kölner "Universitas civium" und die Stiftung der Universität Köln. In: REXROTH, F. (Hg.), **Deutsche Universitätsstiftungen von Prag bis Köln. Die Intentionen des Stifters und die Wege und Chancen ihrer Verwirklichung im spätmittelalterlichen deutschen Territorialstaat.** (Beihefte zum Archiv für Kulturgeschichte, Heft 34). Köln/Wien, 1992, p. 227-268.

RIDDER-SYMOENS, H. Possibilités de carrière et de mobilité sociale des intellectuels-universitaires au moyen âge. In: BULST, N./GENET, J.-Ph. (Ed.), **Medieval Lives and the Historian. Studies in Medieval Prosopography.** (Proceedings of the First International Interdisciplinary Conference on Medieval Prosopography, University of Bielefeld, 3.-5. December 1982), Kalamazoo, Michigan, 1986, p. 343-357.

ROGGE, J. **Für den gemeinen Nutzen: politisches Handeln und Politikverständnis von Rat und Bürgerschaft in Augsburg im Spätmittelalter.** (Studia Augustana, Bd. 6), Tübingen,

1996.

SCHÄFER, H. Inventare und Regesten aus den Kölner Pfarrarchiven: IV. Das Pfarrarchiv von St. Aposteln. **Ann.** 71, p. 130-183, 1981.

SCHILLING, H. Vergleichende Betrachtungen zur Geschichte der bürgerlichen Eliten in Nordwestdeutschland und in den Niederlanden. In: SCHILLING, H./DIEDERIKS, H. (Hg.). **Bürgerliche Eliten in den Niederlanden und in Nordwestdeutschland. Studien zur Sozialgeschichte des europäischen Bürgertums im Mittelalter und in der Neuzeit.** (Städteforschung, Reihe A: Darstellungen, Bd. 23). Köln/Wien, 1985, p. 1-32.

SCHMIDT-BLEIBTREU, H. F. W. **Das Stift St. Severin in Köln: von den Anfängen der Kirche im 14. Jahrhundert bis zur Aufhebung im Jahre 1802**, Dissertation, Universität Bonn, Bonn 1980.

SCHMUGGE, L. **Kirche, Kinder, Karrieren. Päpstliche Dispense von der unehelichen Geburt im Spätmittelalter.** Zürich, 1995.

SCHWERHOFF, G. **Köln im Kreuzverhör: Kriminalität, Herrschaft und Gesellschaft in einer frühneuzeitlichen Stadt.** Bonn/Berlin, 1991.

SCHWINGES, R. C. Zur Prosopographie studentische Reisengruppen im Fünfzehnten Jahrhunderts. In: BULST, N./GENET, J.-Ph. (Ed.). **Medieval Lives and the Historian. Studies in Medieval Prosopography** (Proceedings of the First International Interdisciplinary Conference on Medieval Prosopography, University of Bielefeld, 3-5 December 1982), Kalamazoo, Michigan, 1986, p. 333-341.

SCHWINGES, R. C. **Deutsche Universitätsbesucher im 14. und 15. Jahrhundert: Studien zur Sozialgeschichte des Alten Reiches** (Veröffentlichungen des Instituts für Europäische Geschichte Mainz, Abteilung Universalgeschichte Bd. 123; Beiträge zur Sozial- und Verfassungsgeschichte des Alten Reiches Nr. 6), Stuttgart, 1986.

SCRIBNER, R. Why was there no Reformation in Cologne. **Bulletin of the Institute of Historical Research**, 49, p. 217-241, 1976.

STEIN, W. Deutsche Stadtschreiber im Mittelalter. In: **Beiträge zur Geschichte vornehmlich Kölns und der Rheinlande. Zum achtzigsten Geburtstag Gustav von Mevissens.** Dargebracht von dem Archiv der Stadt Köln, Köln, 1895, p. 27-70.

TEWES, G-R. Die Studentenburse des Magister Nikolaus Mommer von Raemsdonck: ein Konflikt zwischen Rat und Universität im spätmittelalterlichen Köln. **Geschichte in Köln**, 20, p. 31-66, 1986.

ULLMANN, R. A. **A universidade medieval.** Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

VERGER, J. Prosopographie et cursus universitaires. In: BULST, N./GENET, J.-Ph. (Ed.), **Medieval Lives and the Historian. Studies in Medieval Prosopography** (Proceedings of the First International Interdisciplinary Conference on Medieval Prosopography, University of Bielefeld, 3-5 December 1982), Kalamazoo, Michigan, 1986(a), p. 313-332.

VERGER, J. A propos de la naissance de l'université de Paris: contexte social, enjeu politique, portée intellectuelle. In: FRIED, J. (Hg.). **Schulen und Studium im Sozialen Wandel des Hohen und Späten Mittelalters.** (Vorträge und Forschungen XXX), Sigmaringen, Jan Thorbecke Verlag, 1986(b), p. 69-69.

VERGER, J. Verbete Universidade. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J.-C. (Org.). **Dicionário temático do Ocidente medieval.** São Paulo: Edusc., 2002, v. II, p. 573-588.

WEISERT, H. **Geschichte der Universität Heidelberg.** Kurzer Überblick 1386-1980, Heidelberg, 1983.

WILLOWEIT, D. Das juristische Studium in Heidelberg und die Lizentiaten der Juristenfakultät von 1386 bis 1436. In: DOERR, W./HAXEL, O./MISERA, K. (Hg.). **Semper apertus: 600**

Jahre Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg 1386-1986. Bd. 1: Mittelalter und frühe Neuzeit, Berlin/Heidelberg, 1986, p. 85-135.

WRIEDT, K. Personengeschichtliche Probleme Universitärer Magisterkollegien. **Zeitschrift für Historische Forschung**, 2, p. 19-30, 1975.

WRIEDT, K. Bürgertum und Studium in Norddeutschland während des Spätmittelalters. In: FRIED, J. (Hg.). **Schulen und Studium im sozialen Wandel des Hohen und Späten Mittelalters.** (Vorträge und Forschung, Bd. 30), Sigmaringen, Jan Thorbecke Verlag, 1986, p. 487-525.